

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de março de 2021 às 08h33
Seleção de Notícias

Economia & Negócios -Estadão.com | BR

Pirataria | Biopirataria

Leis contra a biopirataria 3
ECONOMIA | O ESTADO DE S.PAULO

O Globo | BR

29 de março de 2021 | Patentes

Fernando Gabeira 6
FERNANDO GABEIRA | FERNANDO GABEIRA

Exame.com | BR

Patentes

Com imunização em alta, Biden sofre pressão para quebrar patentes 8
MUNDO | ESTADÃO CONTEÚDO

Folha.com | BR

Propriedade Intelectual

Brasil tem pior nota em inovação em dez anos e perde destaque entre emergentes 11
SEMINÁRIOS

UOL Notícias | BR

Patentes

Senadores propõem bloquear nomeação de embaixadores até queda de Ernesto 13
HTTPS

Patentes

Tecnologia deveria ser aberta para qualquer país fabricar imunizantes 15

Leis contra a biopirataria

ECONOMIA

O acesso ao patrimônio genético e a repartição justa de benefícios aos indígenas e às comunidades tradicionais são temas sempre delicados tanto no Brasil quanto no mundo. E estão sendo discutidos há pelo menos três décadas.

No Brasil, a legislação aprovada em 2015 está ainda em fase de consolidação e precisa ser mais bem aceita por todos os setores que exploram a biodiversidade brasileira, seja para o desenvolvimento de cosméticos, seja para a produção de medicamentos ou outros usos. A boa aplicação da lei serve tanto para beneficiar os verdadeiros detentores do conhecimento tradicional quanto para evitar a **biopirataria**.

Após a aprovação da Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, em 2015, a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) produziu o Guia Orientativo para Acesso à Biodiversidade Brasileira, com informações técnicas detalhadas sobre o tema.

Fragrâncias, extratos, óleos, aromas e manteigas são muitas vezes desenvolvidos a partir da descoberta de novas propriedades em insumos naturais já conhecidos ou que até então nem haviam sido explorados. O material da Abihpec explica que todas as matérias-primas desenvolvidas com base no acesso ao patrimônio genético do País devem ser registradas num cadastro próprio para isso, como etapa prévia ao pedido de patente ou qualquer comercialização.

O Conhecimento Tradicional Associado, também protegido pela lei, diz respeito à sabedoria acumulada por populações indígenas, agricultores e comunidades tradicionais no vínculo com a natureza ao longo dos séculos. São aquelas práticas, passadas de geração a geração, envolvendo a biodiversidade -- ou seja, o patrimônio genético. O acesso a esses conhecimentos não necessariamente ocorre de forma

direta, in loco. Pode se dar também por meio de feiras, artigos científicos e filmes, por exemplo -- mesmo assim, devem ser reconhecidos e registrados pelas empresas que se beneficiam deles.

Pela lei, quando o conhecimento é utilizado, as comunidades devem autorizar previamente o uso dele para que as pesquisas evoluam. E quando o produto chegar ao mercado, o que nem sempre ocorre, parte das vendas deve retornar em benefícios, não necessariamente financeiros, para os povos da floresta. (MO)

Brasil abriga 20% das espécies do planeta

A Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado (Lei 13.123, de 2015) é uma referência fundamental para a consolidação no Brasil de um modelo de preservação ambiental alinhado ao desenvolvimento econômico. Trata-se da preocupação em proteger um grande patrimônio nacional, a biodiversidade.

Além dos benefícios sociais e econômicos decorrentes diretamente da conservação e da utilização sustentável da biodiversidade brasileira, há também o grande potencial representado pelo patrimônio genético. O País abriga cerca de 20% do total de espécies do planeta. Mais de 116 mil espécies animais e 46 mil espécies vegetais podem ser encontradas no território brasileiro -- e novas descobertas continuam sendo feitas.

A preocupação internacional com o tema ganhou impulso a partir da realização, em 1992, no Rio de Janeiro, da Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Durante o evento foi estabelecida a Convenção da **Diversidade** Biológica (CDB), que envolveu uma série de compromissos por parte dos países signatários, incluindo o Brasil.

Com o passar dos anos, a CDB foi se consolidando como fórum de discussão sobre diversidade e referência legal e política para outros acordos e convenções mais específicos envolvendo questões ambientais. Um deles foi o Protocolo de Nagoya (cidade japonesa), que teve a adesão brasileira aprovada pelo Congresso Nacional apenas no ano passado, uma década depois de ter sido estabelecido.

O tratado define regras para a divisão entre os países dos benefícios resultantes de pesquisas genéticas com a biodiversidade e a utilização do conhecimento tradicional de comunidades locais e indígenas. Esses benefícios incluem o pagamento de royalties, o financiamento de pesquisas, a associação de empresas (joint ventures), o compartilhamento de resultados e a **transferência** de tecnologias. O acordo estabelece também que um país precisa consentir previamente pesquisas com seus **recursos** genéticos. (MO)

766E3C01-53A8-483E-9B06-CCE0C7108013

Respeito à ciência está na raiz da revolução cultural da empresa contemporâneaE0EAB005-9061-4B3D-86B9-AEB61693E313

Ricardo Abramovay, Autor de Amazônia. Por Uma Economia do Conhecimento da Natureza (Ed. Elefante). Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Twitter: @abramovay

A responsabilidade social das empresas é dar lucro: se conseguem pagar seus funcionários, seus fornecedores, seus impostos, obedecer às leis e, no final das contas, remunerar seus acionistas, é que elas fizeram aquilo que delas a sociedade espera. Cinquenta anos atrás, Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia, era ferrenho adepto dessa ideia, que foi perdendo prestígio à medida que ficava claro que muitos dos custos de funcionamento das atividades empresariais não eram pagos e que essa gratuidade acabava por destruir serviços ecossistêmicos dos quais todos (inclusive as próprias empresas) de-

pendemos.

Em 2019, o custo do capital natural usado pelas 1.200 empresas globais listadas no S&P 500 correspondia a 90% de seus lucros, segundo o State of Green Business de 2021. Se tivessem que pagar pelas emissões, pela água, pelo lixo, pela poluição e pela destruição da biodiversidade a que conduzem suas atividades, elas fechariam as portas.

Inúmeras organizações empresariais abandonaram de suas narrativas a ideia de que a natureza é um generoso e infinito ofertório de recursos. Passaram então a preconizar que a vida econômica não pode conformar-se em destruir um pouco menos. Ela tem que se converter em atividade regenerativa dos tecidos socioambientais que têm sido sistematicamente destruídos pelas formas convencionais de gestão dos negócios.

O exemplo global mais emblemático nessa direção é a Aliança para a Ambição Climática que reunia ao final de 2020 nada menos que 826 cidades, 103 regiões e mais de 1.500 empresas comprometidas com a meta de emissões zero de gases de efeito estufa. Essa Aliança vincula-se a outro movimento global importante que é a Iniciativa dos Objetivos Baseados em Ciência. Fundada em 2015, essa Iniciativa preconiza que as estratégias empresariais se apoiem no que as evidências científicas dizem sobre a crise climática. São mais de mil empresas alinhadas a esse objetivo e esse número vem aumentando rapidamente. No ano passado, a adesão dobrou, com relação ao período entre 2015 e 2019. O mais recente relatório dessa Iniciativa mostra resultados quantificados bem significativos.

Converter o respeito às evidências científicas em bússola que norteia as empresas é uma verdadeira revolução cultural. É introduzir uma dimensão ética na atividade empresarial que vai muito além de simplesmente respeitar as leis. Mas é claro que isso é insuficiente: o comprometimento dos governos da União Europeia e dos Estados Unidos com am-

Continuação: Leis contra a biopirataria

biciosas metas de redução de gases de efeito é estratégico para que as próprias empresas sintam a segurança e a confiança necessárias para alterar o rumo de suas atividades convencionais. Embora o governo não responda pela oferta de bens e serviços, ele sinaliza aos atores privados o rumo que as sociedades democráticas optam por lhes imprimir.

O fanatismo ideológico e o negacionismo científico, que fizeram do Brasil o epicentro global da pandemia de coronavírus, são os mais poderosos obstáculos pa-

ra que o País exerça o papel ao qual parecia destinado, o de potência ambiental. E com isso se abrem as comportas pelas quais o atraso entra como enxurrada.

*Autor de *Amazônia. Por Uma Economia do Conhecimento da Natureza* (Ed. Elefante). Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Twitter: @abramovay

Fernando Gabeira

FERNANDO GABEIRA

Fernando Gabeira

Se a canoa não furar

Como sair dessa? Quando sair dessa? As perguntas não cessam de martelar nossa cabeça, e cada um tenta respondê-las com a mistura de análise e desejo que se entrelaçam em nossas conversas.

De uma forma muito simples, sem censura, tento desenhar para mim um quadro ideal de superação desta crise que, além de matar muita gente, pode nos roubar uma década de desenvolvimento, segundo a própria ONU.

Nesse quadro ideal, unifico três condições: um líder como a da Nova Zelândia, uma vacinação tão intensa como a de Israel e um comportamento social como o japonês.

Diante desse quadro, sinto-me como aqueles andarilhos de uma peça de Harold Pinter que entraram, subitamente, na cozinha de um restaurante. De repente, começaram a surgir pedidos complexos, e eles tinham apenas alguns alimentos nas suas pobres sacolas.

E preciso fazer algo com poucos recursos, porque a luta contra o vírus é real, assim como é verdadeira a tragédia que se abate sobre nosso povo.

O primeiro ponto, liderança nacional: esquece. Bolsonaro é um estorvo, e temos de seguir sem ele nesta luta, derrubando-o assim que for possível, pelos caminhos viáveis no momento dado.

E necessário um comitê nacional de crise, e não farsa encenada pelo Planalto. Um comitê que expresse a crítica à maneira como se conduziu até agora a luta contra a pandemia.

De nada adiantará, entretanto, apenas um comitê na-

cional. Ele teria de se apoiar em centenas, talvez milhares, de microcomitês, que tentem impulsionar uma política virtuosa. Esse movimento molecular ainda não surgiu na plenitude, embora tenha se esboçado no princípio da pandemia.

Nos milhares de grupos de amigos, dentro ou fora da internet, teria de ser colocada a pergunta: o que podemos fazer dentro de nossas possibilidades? Sempre haverá uma resposta, por mais modesta.

Essa liderança multiplicada seria importante não só para a necessária solidariedade. Mas também para a busca de uma nova tática que busque um comportamento mais responsável diante da doença.

Mais do que lições de moral, o discurso de cooperação só terá efeito se as pessoas sentirem os benefícios de pertencer a um coletivo humano.

Isso não implica a ausência de lockdowns, mas uma tentativa de superar, com o comportamento, a sucessiva necessidade de lockdowns, o constante fecha e abre que o vírus nos impõe.

O êxito da vacinação não resolve o problema a curto prazo. O Chile planejou e vacinou intensamente, mas está às voltas com um novo pico da doença.

A vacinação em massa é a grande estratégia, e isso até o obtuso presidente parece compreender, agora. Não creio que o governo conseguirá vacinar 70 milhões de brasileiros até o fim do ano. Basta analisar o complexo mercado planetário de vacinas.

Quebrar patentes é uma solução que a Índia e a África do Sul defendem. Ambas acreditam que existem fábricas ociosas no Sul, e só não produzem porque não detêm o conhecimento.

Esse é um clamor justo. Como dizia Jonas Salk: vamos patentear o Sol?

Continuação: Fernando Gabeira

Mas não há tempo hábil. A própria Índia está restringindo exportações. A Europa neste fim de semana fez uma reunião para endurecer as regras da exportação.

Além de obter a tecnologia para produzir vacinas na Fiocruz e no Butantan, é necessário ficar atento ao mercado internacional. Uma janela pode se abrir nos EUA, que vacinam ao ritmo de três milhões por dia. Pfizer, Moderna e Johnson podem ter uma folga no segundo semestre.

No fim de semana, o Instituto Butantan anunciou uma vacina 100% nacional para ser aplicada em julho. Terá de passar pela **Anvisa**, mas é uma esperança para o segundo semestre.

Será na combinação desses fatores, nem todos favoráveis, que podemos achar um caminho. Uma liderança nacional colegiada tem apenas uma desvantagem: não dispõe dos recursos materiais que estão sob o controle de Bolsonaro. Mas pode funcionar.

Bolsonaro é um estorvo, e temos de seguir sem ele nesta luta, derrubando-o assim que for possível, pelos caminhos viáveis

Com imunização em alta, Biden sofre pressão para quebrar patentes

MUNDO



Há um mês, 31 congressistas americanos endossaram a proposta. Agora, democratas articulam o apoio de quase 100 nomes

A rapidez na vacinação dos EUA traz para Joe Biden, ao mesmo tempo, uma vitória doméstica e um dilema internacional. Conforme a imunização dos americanos avança, a Casa Branca é pressionada a ajudar países que estão atrás no combate ao vírus.

A pressão vem de aliados que pedem que o presidente reveja apoie na Organização Mundial do Comércio a **quebra** de patentes das vacinas.

No governo de Donald Trump, os EUA se opuseram à ideia de suspender as proteções de propriedade intelectual para combater a crise. A proposta, encabeçada por Índia e África do Sul, e apoiada por 55 países, foi apresentada em outubro como uma forma de facilitar a **transferência** de tecnologia e possibilitar a produção de imunizantes a custo acessível. Especialistas apontam que, no ritmo atual, países pobres podem vacinar suas populações só em 2024.

Os EUA rejeitaram a proposta, que sofre oposição das farmacêuticas. A maioria das vacinas hoje em produção foi desenvolvida por laboratórios americanos, chineses e europeus. União Europeia, Suíça,

Japão e Reino Unido estão entre os que ficaram ao lado dos EUA, em um embate entre países ricos e pobres. O Brasil foi um dos poucos que não apoiou a proposta da Índia e da África do Sul.

No último debate na OMC, no início do mês, nada mudou e os ricos ainda são contra a medida. Mas, de lá para cá, a pressão interna cresceu. Há um mês, 31 congressistas americanos endossaram a proposta. Agora, democratas dizem nos bastidores que articulam o apoio de quase 100 nomes.

"É injusto que, em meio a uma crise global de saúde, empresas farmacêuticas multibilionárias continuem a priorizar os lucros, protegendo seus monopólios e elevando os preços, em vez de priorizar a vida das pessoas em todos os lugares, até mesmo no sul global", disse o senador Bernie Sanders. Outros democratas progressistas engrossaram o coro em favor da mudança da posição americana. A deputada Jan Schakowsky chamou a situação atual de "apartheid da vacina".

A OMC terá uma nova reunião em abril, a primeira na qual a questão será discutida com o Escritório de Comércio dos EUA, já sob nova orientação. A representante de Biden, Katherine Tai, assumiu no dia 18.

"O principal argumento dos americanos é que a pressão para derrubar as patentes não resultará, necessariamente em aumento de produção de vacina", afirma Renata Amaral, especialista em comércio internacional e professora da American University.

A Câmara de Comércio dos EUA, que representa o empresariado, disse que a proposta é uma "distração" e está "mal orientada".

Setor privado e governos que se opõem à medida ar-

Continuação: Com imunização em alta, Biden sofre pressão para quebrar patentes

gumentam que o gargalo para produzir o imunizante é a infraestrutura, especialmente para a tecnologia mRNA, e escassez de matéria-prima. Os problemas não seriam solucionados com a **quebra** de patentes.

A informação é contestada pela Organização Mundial da Saúde, que se propõe a ajudar a criar estrutura para produção. A avaliação de ex-integrantes do Departamento de Comércio americano é a de que os EUA não mudarão de posição. Para avançar na OMC, é preciso consenso entre os 164 membros.

Biden está em posição desconfortável. Os EUA avançam no cronograma de vacinação e podem imunizar toda a população elegível para receber a vacina até o início do segundo semestre. Assim, o país terá um excedente de vacinas não utilizado, pois garantiu, ainda com Trump, a compra antecipada de doses em número além do necessário.

A decisão de Biden de garantir a vacinação dos americanos primeiro, antes de compartilhar as doses extras, é questionada pela comunidade internacional, especialmente com relação à vacina da AstraZeneca, cujo estoque americano está sem uso.

Recentemente, Washington concordou em enviar 2,5 milhões de doses ao México e 1,5 milhão ao Canadá. Dentro do governo, assessores se queixam que China e Rússia têm aproveitado a chamada "diplomacia da vacina", enquanto os EUA continuam priorizando os americanos.

"A avaliação é que os EUA não arredarão o pé. Mas, enquanto isso, a China nada de braçada na diplomacia da vacina e a pressão em Washington está crescendo muito", disse Amaral.

Ativistas e representantes de organismos internacionais, como a nova diretora da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, e o líder da OMS, Tedros Adhanom, têm criticado os efeitos do "nacionalismo da vacina" nos países pobres. "Das 225 milhões de doses que foram administradas até agora, a grande maioria foi em

um punhado de países ricos e produtores de vacinas, enquanto a maioria observa e espera", afirmou Adhanom.

A ONG Médicos Sem Fronteiras divulgou uma carta com apoio de quase 400 organizações da sociedade civil com apoio à medida e, em mensagem de Natal, o papa Francisco pediu que "forças do mercado" e "leis de patente" não atrapalhem o combate global à pandemia.

O argumento dos democratas é que o governo americano ajudou a financiar as vacinas e teria o poder de pressionar as farmacêuticas para abrirem mão dos lucros até que o mundo atingisse um patamar de imunização seguro.

Além do debate na OMC ativistas têm pedido a Biden que use a **patente** de tecnologia que permitiu o desenvolvimento das vacinas em mRNA, que deve ser concedida nos próximos dias, como forma de pressionar os laboratórios.

A patente será emitida em nome do governo americano, pois foi desenvolvida pelo Instituto Nacional de Saúde dos EUA (NIH), que colaborou com o desenvolvimento da vacina da Moderna.

"Há uma série de maneiras através das quais estamos engajados em abordar a pandemia com a comunidade internacional. Estamos analisando várias opções. Mas eu não tenho nenhuma atualização sobre a questão da patente, disse Jen Psaki, porta-voz de Biden.

Assessores do presidente argumentam que ele se comprometeu com US\$ 4 bilhões ao Covax, o consórcio internacional para promover acesso equânime às vacinas, e articulou com Japão, Índia e Austrália a produção e entrega de 1 bilhão de doses para o Sudeste Asiático. Mas Biden tem sido pressionado a fazer mais.

Canadá, Austrália e Chile pediram medida concretas,

Continuação: Com imunização em alta, Biden sofre pressão para quebrar patentes

o que abre caminho para uma terceira via, defendida também pela nova diretora da OMC. A ideia de Ngozi Okonjo-Iweala é licenciar a fabricação para outros países, algo que a AstraZeneca fez com o Instituto Serum, na Índia.

Em depoimento ao Congresso, o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, disse que o Brasil apoiaria um "caminho intermediário", que "proporcione uma solução de consenso". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tenha acesso ilimitado ao melhor conteúdo de seu dia. Em poucos minutos, você cria sua conta e continua lendo esta matéria. Vamos lá?

exame digital R\$ 1,90 Nos três primeiros meses, após

este período: R\$ 15,90 Acesse onde e quando quiser. Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças. Assine exame digital + impressa R\$ 29,90/mês Acesse onde e quando quiser Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças. Edição impressa mensal. Frete grátis Assine

Já é assinante? Entre aqui.

Estadão Conteúdo

Brasil tem pior nota em inovação em dez anos e perde destaque entre emergentes

SEMINÁRIOS

Rio de Janeiro

O principal pilar do desenvolvimento econômico está minguando lentamente no Brasil. De acordo com a classificação mundial de inovação mais importante da atualidade, que avalia aspectos como disponibilidade de crédito, mão de obra qualificada e ambiente político, o país está perdendo sua capacidade inovativa ano a ano, sobretudo para economias emergentes.

O que mostra essa tendência é o Índice Global de Inovação (IGI), uma publicação levada a sério pelo mercado, que é produzida todos os anos pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), em parceria com a Universidade de Cornell (Estados Unidos) e com o Instituto Europeu de Administração de Empresas (Insead). São, basicamente, algumas das principais instituições dedicadas à inovação do mundo.

Por meio de 80 indicadores, o IGI avalia os esforços (como capital humano, por exemplo) e os resultados (como patentes) do processo de inovação. A partir disso, cada país avaliado (foram 131 países no ano passado) recebe uma nota de zero a cem, que se traduz em uma posição no ranking mundial.

O Brasil somava 37,75 pontos na sua capacidade de inovação em 2011, quando o índice passou a ser publicado anualmente. Isso o colocou em 47º lugar no ranking mundial. Em 2020, atingiu apenas 31,94 pontos e desceu para o 62º lugar no mundo. Foi a pior nota obtida pelo Brasil em uma década.

Arredondando a pontuação do IGI em uma escala de zero a dez, é como se o Brasil tivesse tirado nota 4 na sua capacidade de inovar há dez anos, o que já não era muito bom, e, agora, tirasse nota 3.

Com isso, ficamos ainda mais longe da Suíça, líder mundial em inovação, que tirou nota 7: é mais do que o dobro da nota obtida pelo Brasil em 2020. Na prática, a capacidade brasileira de inovar está ficando cada vez mais distante de quem lidera e mais perto de quem está na rabeira.

O Brasil também está se distanciando dos seus semelhantes de mercados emergentes, com os quais é possível fazer comparações mais realistas. Veja o paralelo com os BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Há uma década, o Brasil estava à frente da Rússia (que tinha 35,85 pontos), da África do Sul (35,22) e da Índia (34,52) em termos de capacidade inovativa. Bem à frente mesmo: a nota brasileira deixava o país 15 posições adiante dos indianos e a quase 10 posições dos russos na classificação mundial.

A partir de 2016, fomos ultrapassados pelos três países. E, em 2020, com a menor nota na década, foi o Brasil que ficou 15 posições atrás dos russos no IGI.

A China também deixou o Brasil vendo fumacinha. Líder do grupo dos países emergentes desde o início da publicação do Índice Global de Inovação, o país foi de 46,43 pontos em 2011 (29º lugar no mundo) para 53,28 em 2020 (14º lugar mundial). Trocando em miúdos, apenas 18 países nos distanciavam da China em termos de capacidade inovativa há dez anos; agora são 48 países.

A China, aliás, também lidera em capacidade inovativa em outro grupo: no dos 36 países de renda média alta, que inclui o Brasil (em 16º lugar; o último colocado é a Guatemala). E tem despontado na análise de qualidade da inovação do IGI.

Aqui, entra na conta a excelência das instituições de

Continuação: Brasil tem pior nota em inovação em dez anos e perde destaque entre emergentes

ensino superior de cada país, um aspecto que, em geral, é pouco lembrado nos debates sobre capacidade inovativa.

São as universidades, afinal, que formam a mão de obra altamente qualificada e que responde pela produção científica e tecnológica de uma economia.

O IGI calcula a nota média das três melhores universidades de cada país obtidas no ranking universitário global QS. Essas notas consideram o impacto da produção científica, a quantidade de estudantes por docentes e a proporção de estrangeiros na universidade, o que indica atratividade internacional (para não falar no impacto positivo que a diversidade representa aos desafios da inovação).

No ano passado, a China tinha três universidades com notas altíssimas entre as 50 melhores do mundo no QS: Tsinghua, Pequim e Fudan. Já no Brasil, as melhores universidades do país estavam no grupo de 100º-400º melhores do mundo, na mesma listagem. Estamos falando de USP (Universidade São Paulo) Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Se as universidades perdem investimento, penam com a falta de recursos para ciência e deixam de contratar, como tem acontecido no Brasil, então também irão derrapar nas avaliações internacionais de ensino superior, o que impactará o índice de inovação.

Na China, em sentido contrário, o investimento universitário virou política central de estado e as instituições acadêmicas daquele país ganharam dezenas de casas nos rankings universitários globais nos últimos dez anos.

Especificamente na região da América Latina e Caribe, a análise do IGI mostra que o Brasil tem perdido recentemente em capacidade inovativa para o Chile,

a Costa Rica e o México.

O desempenho do México, aliás, é expressivo. O país subiu de 30,45 pontos em 2011 (81ª posição no mundo) para 33,60 pontos no ano passado (55ª posição).

O México tem se destacado especialmente em serviços criativos, inclusive com exportação (não só das famosas novelas, mas também de filmes nacionais). Além disso, marcas fortes como Corona (cerveja) e Claro (telecomunicações) impulsionaram a economia mexicana.

A maioria dos países desse bloco, no entanto, vem derrapando. É como se toda essa região latino-americana e caribenha enfrentasse um mesmo processo de perda de capacidade inovativa, em alguns casos, mais aceleradamente que o Brasil.

O Uruguai, por exemplo, teve queda de quase quatro pontos na sua nota do IGI de 2019 para 2020. No ranking, ficava quatro posições à frente do Brasil; agora está sete casas atrás.

Como piorou um pouco menos que países como Uruguai (foi de 33,82 pontos em 2019 para 31,94 pontos em 2020), o Brasil acabou subindo quatro posições no último ranking do IGI.

Isso causou uma falsa impressão de melhora no desempenho brasileiro. Mas o movimento no ranking não é o que parece.

No mínimo, o Brasil precisaria recuperar o índice de inovação atingido dez anos atrás que, hoje, o colocaria entre as 40 economias com melhor capacidade inovativa do mundo, liderando os blocos América Latina e Caribe e BRICs (excetuando a China). Aí, sim, daria para começar a celebrar.

Senadores propõem bloquear nomeação de embaixadores até queda de Ernesto



Em mais uma pressão pela substituição do chanceler Ernesto Araújo, a oposição ao governo apresentou, nesta sexta (26), um projeto de resolução do Senado para sustar todas as sabatinas com chefes de missões diplomáticas. Senadores são responsáveis por aprovar a nomeação de embaixadores feitas pelo presidente da República. Com a proposta, elas ficariam suspensas enquanto o atual ministro das Relações Exteriores estiver no cargo. Bolsonaro vem buscando segurar Araújo, seguidor do polemista Olavo de Carvalho e expoente da ala de extrema direita de seu governo, enquanto o Congresso Nacional pede a cabeça do auxiliar. Apesar da proposta afirmar que o objetivo é concentrar os esforços da casa em medidas pertinentes, sejam domésticas ou internacionais, para combater a crise sanitária que já matou mais de 310 mil pessoas, na prática é mais uma ação pela saída do ministro das Relações Exteriores.

De acordo com o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), "a atual política externa do Brasil está entregue a um indivíduo que, como sobejamente demonstrado na audiência pública realizada no Senado Federal, na quarta (24), não reúne as mais mínimas condições de representar os autênticos interesses brasileiros no cenário mundial". Como consequência, segundo ele, desenvolve-se uma política externa desastrosa, transformando o Brasil em pária mundial e ameaça sanitária global, comprometendo a obtenção de vacinas destinadas a salvar a vida dos brasileiros. Prates afirma que, neste momento, seria importante um Ministério das Relações Exteriores com credibilidade para apoiar

ações como a **quebra** de patentes para a produção de vacinas e avançar com negociações bilaterais com a China, Rússia, Índia e Estados Unidos para a obtenção de imunizantes. E ecoa a sugestão dada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de uma convocação das 20 nações mais ricas do mundo (G20) para coordenar os esforços de distribuição equitativa de vacinas.

Além de Prates, a proposição também é subscrita pelo senador e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). Congresso pede a Bolsonaro cabeças de Ernesto Araújo e Filipe Martins Na última quarta (24), Ernesto Araújo foi massacrado em audiência no Senado Federal, com exigências de renúncia e exoneração. Parlamentares defenderam que a cruzada ideológica encampada por ele afastou parceiros internacionais que, neste momento, seriam fundamentais para a resolução da crise. Com isso, o chanceler não teria credibilidade para estar à frente das negociações e diálogos. Também defendem que sua presença causa constrangimento entre diplomatas de outros países e no próprio Itamaraty uma vez que ele encampa pautas do bolsonarismo-raiz, como o negacionismo climático. Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defenderam a saída do chanceler para Bolsonaro, que tenta ganhar tempo.

O presidente não quer sacrificar outro assessor ideológico logo após a demissão de Eduardo Pazuello da pasta da Saúde para não demonstrar fraqueza e não irritar a ala de seus seguidores mais radicais. Na mesma audiência da última quarta, o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, o também olavista Filipe Martins, foi flagrado fazendo um gesto ligado a supremacistas brancos atrás de Pacheco, enquanto o presidente do Senado dis-

Continuação: Senadores propõem bloquear nomeação de embaixadores até queda de Ernesto

cursava. O sinal obscuro foi denunciado pelo líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que pediu a presença da polícia legislativa. Senadores exigem uma nova política internacional, mais pragmática, sem Ernesto, Filipe e Olavo. Pacheco vem sendo duramente criticados por senadores da oposição, mas também por alguns parlamentares da base do governo, por represar a instalação da CPI da Pandemia, que investigaria as ações do governo Bolsonaro durante a crise da covid-19.

E por evitar pautar temas que desagradem ao governo no que diz respeito à pandemia.

Tecnologia deveria ser aberta para qualquer país fabricar imunizantes



São Paulo - Diante do risco de países pobres não conseguirem completar a vacinação contra a covid até 2024, governos como o dos EUA deveriam pressionar as farmacêuticas a compartilhar conhecimento para a produção de vacinas e apoiar a reforma de fábricas em países pobres. Quem defende essas medidas é Matthew Kavanagh, diretor de política de saúde global da Universidade Georgetown, nos EUA. Como o sr. acha que a questão das patentes deveria ser analisada pela comunidade internacional? Essas vacinas foram desenvolvidas com investimentos em massa de financiamento público. Por exemplo, a vacina de mRNA feita pela Moderna foi inventada pelo Instituto Nacional de Saúde dos EUA e paga 99% pelos contribuintes dos americanos. Para esse investimento, não deve haver monopólio sobre a tecnologia. Ela deve ser aberta para qualquer país fabricar a vacina, se puder fazê-lo com alta qualidade. Por que tornar a renúncia temporária de propriedade intelectual na Organização Mundial do Comércio (OMC) é tão difícil? Os países ricos, que já encomendaram a maioria das doses da vacina, querem proteger os interesses de um punhado de empresas farmacêuticas.

Essas empresas assumem a posição de que qualquer limitação prejudicará a inovação. Isso é falso. O desenvolvimento de vacinas contra a covid-19 com financiamento público mostra que nem sempre as patentes são necessárias para impulsionar a inovação. O que não consigo entender é por que as patentes são uma prioridade. A prioridade deveria ser acabar com a pandemia, e não as patentes. Existe vontade política para isso? Se os países de renda média se unirem, eles poderão se colocar contra o mundo rico, defender sua posição e construir vontade política. É particularmente lamentável que o Brasil esteja do lado dos países ricos quando, no passado, foi uma voz de liderança no acesso a medicamentos. Temos medicamentos genéricos para aids disponíveis em parte por causa do apoio político do Brasil. Sem o Brasil, as coisas são muito mais difíceis. A indústria farmacêutica diz que os gargalos para aumentar a produção de vacinas não estão relacionados às patentes, mas ao fornecimento de ingredientes e outros desafios logísticos e regulatórios.

É verdade? A questão não é apenas a propriedade intelectual, embora isso seja um problema. Outra questão é o compartilhamento de tecnologia. Se as empresas farmacêuticas se preocupassem mais com a saúde pública, elas compartilhariam as receitas e a tecnologia das vacinas com outras pessoas para permitir sua produção. Em vez disso, elas os mantêm em segredo. Essa é a principal barreira. Alguns alertam que os países pobres podem não ser vacinados até 2024. De que forma instituições multilaterais como a OMS e governos poderiam evitar esse cenário? O governo dos EUA deve usar sua influência para pressionar as empresas farmacêuticas a compartilhar o know-how para fazer as vacinas e, então, ajudar a financiar a reforma das fábricas para pro-

Continuação: Tecnologia deveria ser aberta para qualquer país fabricar imunizantes

duzi-las em países de baixa e média rendas. Se eles fizerem isso, poderemos ter a fabricação de vacinas em países de todo o mundo dentro de seis meses. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo. Paulo Beraldo

Índice remissivo de assuntos

Pirataria | Biopirataria
3

Inovação
3, 8

Patentes
6, 8, 13, 15

Propriedade Intelectual
11, 15

Entidades
11